



Identidade! é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

Editorial

Prezados Leitores, Prezadas Leitoras,

Bem-vindo e bem-vinda a mais uma edição do Periódico *identidade!*

Apresentamos o vol. 20 nº 1/2015 do Periódico *identidade!*, com o dossiê “diversos”, trazendo três textos com temáticas variadas, e as demais seções *Religião Diversidade e Identidade*; *Religião Identidade e História*; *Educação, Saúde e Identidade*.

No primeiro texto do *dossiê*, com o título “**Democracia e Políticas de Ação afirmativa: um debate questionador acerca das cidadanias possíveis de serem alcançadas sob o enfoque das relações étnico-raciais**”, Georgina Helena Lima Nunes aborda que o impacto das ações afirmativas no que se refere a direitos historicamente negados à população negra aponta para uma inserção ou assimilação desta a espaços e concepções vigentes construídos, por muito tempo, através da negação não apenas da sua presença física, mas, principalmente de conhecimentos ressignificados no interior das diásporas negras afro-latinas. Segundo a autora, é necessário que se observe, com profundidade, a forma como as relações sociais se conformam, a maneira como o poder se articula e as estratégias de luta e enfrentamento daqueles/as chamados/as de “grupos minoritários” e a correlação entre as lutas locais e cenários mais globais.

No segundo texto intitulado “**Sobre a experiência de uma professora negra no magistério superior (privado)**”, Ana Luiza Julio argumenta que tanto a cultura machista quanto a cultura racista, que nos antecede, só é atualizada porque, de uma maneira ativa ou passiva, nós a reproduzimos. Segundo a autora, não há dúvidas que falar sobre profissão de mulheres negras implica em percepção identitária, em percepção de gênero, assim como percepção de raça e suas consequências no que se refere aos preconceitos e aos movimentos de discriminação referentes a este grupo específico: mulher negra, profissional de nível superior. De acordo com a autora, no imaginário racista, o lugar da mulher negra ainda é na subserviência. Neste sentido, quando esta mulher se arvora a romper com este imaginário e ampliar suas fronteiras de pertencimento social, ela se expõe a ser alvo de toda essa complexa relação cultural brasileira que nos faz racistas e não nos responsabilizarmos por isto.

No terceiro texto “**A folia de santos reis na comunidade negra de água limpa (Goiás)**”, Rosinalda Correa da Silva Simoni e Irene Dias de Oliveira tem como objetivo apresentar a festa da Folia de Reis que acontece há mais de um século na comunidade rural negra de Água Limpa (GO). De acordo com as autoras, essa comunidade encontra na religiosidade o elemento agregador, o sentido de suas vidas e a dimensão de pertença de grupo. Destacam o quanto estas manifestações são importantes para a comunidade de Água Limpa, pois, durante os festejos, busca-se reconstruir o

espaço simbólico da jornada festiva e entender como os rituais que compõem a Folia de Reis agregam e recompõem a história e a memória identitária de suas raízes afrodescendentes.

No primeiro texto da seção *Diversidade e Identidade*, com o título **“Pensando outras perspectivas de história e a diversidade cultural a partir do brinquedo e das brincadeiras em diferentes espaços-tempos”**, os autores André Lucas Porto Guimarães e Leonardo Lopes Eggres e as autoras Roberta Madeira Melo e Carla Meinerz visam, através de oficina, refletir sobre as possibilidades dos jogos e brincadeiras para tratar das histórias e culturas indígenas e africanas, reconhecendo o potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico na escola. *História do brinquedo e das brincadeiras* é uma oficina educativa desenvolvida no Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, em ações do subprojeto História do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Esta oficina, voltada para crianças, estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental possui como eixo temático o ensino de História, a educação para a diversidade e as brincadeiras em distintas culturas ao longo dos tempos.

No segundo texto **“Fronteiras étnicas: breve histórico da “questão indígena” no Brasil”**, Suely Aparecida de Lima traça um histórico da “questão indígena” no Brasil através de uma leitura sintética que combina Renato Athias, Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha e Fredrik Barth. Após algumas palavras sobre as diferentes teorias que abordaram (e influenciaram) as relações interétnicas no contexto brasileiro, direciona para a discussão na qual o contato interétnico deixa de ter a cultura como ênfase e passa a ser compreendido por meio de relações sociais baseadas em interesses opostos e interdependentes. A partir da discussão em torno das fronteiras entre diferentes grupos étnicos enfatiza que o problema das relações interétnicas não está nas diferenças culturais e sim nos processos sociais de exclusão.

Na seção *Educação, Saúde e Identidade*, o primeiro artigo com o título **“A relação da alteridade para uma educação intercultural: Superando os resquícios do eurocentrismo”**, de autoria de João Paulo Buchholz, aponta como questão principal como proporcionar uma educação realmente intercultural dentro do âmbito escolar. Através do pensamento decolonial o autor propõe uma análise de instituições do conhecimento (universidade, escola e currículo disciplinar) para evidenciar a permanência de perspectivas eurocêntricas de validação de saberes. Segundo ele, estes resquícios de eurocentrismo acabam por hierarquizar as diversas formas de produzir conhecimento e, pior ainda, atribuem caráter exótico às culturas não ocidentais. Este artigo procura valorizar formas não ocidentais de lidar com a produção de conhecimento e com a aprendizagem e, a partir disso, propõe a vivência intercultural como um paradigma mais integral de aprendizagem, estranhamento e de educação étnico-racial.

O segundo artigo intitulado **“A lei nº 10.639/2003 no âmbito escolar: os avanços e entraves do núcleo estadual de educação étnico racial no Amapá”** é de autoria de Célia Souza da Costa e Elivaldo Serrão Custódio. Discutem sobre a Lei nº 10.639/2003 no âmbito escolar: os avanços e entraves do Núcleo Estadual de Educação Étnico Racial no Amapá (NEER). De acordo com a autora e o autor, trata-se do resultado de um estudo exploratório de natureza qualitativa que adotou a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista como forma de investigação.

Como resultados desta pesquisa, constataram que no Amapá, o NEER atua realizando palestras, oficinas, seminários e visitas em algumas escolas da capital e do interior do Estado, prestando consultoria aos docentes da rede estadual de ensino. Acreditam que para que a Lei Federal nº 10.639/2003 e a Lei Estadual nº 1.196/2008 seja uma realidade nas escolas amapaenses é necessário que os governos federal e estadual, disponibilizem cursos de capacitação e/ou formação continuada na área da História Africana e da Cultura Afro-brasileira para que os educadores e educadoras estejam preparados para atuações, bem como construir e desconstruir paradigmas sociais.

Na seção *Religião, Identidade e História*, o primeiro texto **“A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso”**, as autoras Maria Elizabeth Rodrigues, Eunice Maria Nazareth Nonato e o autor Geraldo Barbosa do Nascimento buscam discutir sobre a dominação masculina, geradora da violência simbólica contra a mulher, presente no discurso religioso que legitima o processo da supremacia masculina, a partir do contexto histórico da família patriarcal e da teoria abordada por Pierre Bourdieu.

No segundo texto **“Desafios da etnografia: tensões do fazer antropológico na construção de relatórios técnicos em comunidades quilombolas”**, o autor Cristian Jobi Salaini visa apresentar como objeto do artigo o próprio trabalho antropológico e etnográfico quando imerso em situações de perícia. Segundo ele, discutir as vicissitudes do trabalho de campo e da etnografia nestas situações produz um alargamento conceitual tanto da maneira como interpretamos os trabalhos técnicos, como também do próprio universo da antropologia social. Nesta perspectiva, procura problematizar a sua participação – na condição de antropólogo perito – na produção de relatórios técnicos de reconhecimento territorial de comunidades quilombolas no Brasil.

Agradecemos a colaboração dos autores e das autoras. Aguardamos sugestões e contribuições enviando artigos e divulgando o Periódico. O contato encontra-se disponível no *site* da revista, assim como as normas para submeter textos. Desejo a todos e todas uma boa leitura!

Profª. Ms. Selenir C. Gonçalves kronbauer

Editora do Periódico *identidade!*

Coordenadora do Grupo Identidade da EST/IECLB